

Parte I

# A TRADIÇÃO CLÁSSICA

---

# Karl Marx: Alienação, luta de classes e consciência de classe

---

# 1

## Introdução

Por que se importar em ler Marx, alguém poderia se perguntar, em especial após o colapso do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética? Argumenta-se que esses eventos históricos puseram um ponto final na Guerra Fria, e, com isso, um Ocidente vitorioso foi capaz de estabelecer uma ordem mundial liberal, capitalista e democrática. Entretanto, Marx continua a suscitar interesse, menos por suas previsões fracassadas do que por sua análise estrutural do poder nas sociedades capitalistas e sua visão abrangente sobre a íntima inter-relação entre dominação econômica de classes, poder político e ideologia. Alunos de sociologia têm muito a aprender com essas relações estruturais, pois elas apontam para questões significativas do poder econômico, social e político e nos fornecem uma visão histórica que explica como, e sob quais condições, essas relações mudam. Embora Marx tenha afirmado seu comprometimento com o estudo científico da sociedade, sua ímpar abordagem dialética permitiu-lhe fundir suas visões filosóficas sobre a emancipação humana com suas análises sociológicas e históricas sobre a mudança social e a revolução.

Marx nasceu em Trier, em 1818, em uma família judaico-alemã de classe média. Frequentou a Universidade de Bonn e depois a Universidade de Berlim, onde participou de um grupo de intelectuais, os Jovens Hegelianos, que aplicou a abordagem filosófica de Hegel a uma crítica radical da política alemã. A abordagem dialética de Hegel tentava capturar a realidade da mudança dinâmica do

mundo, instando que examinássemos as coisas como elas são e seu potencial futuro. Assim como a plântula dá origem à árvore, também indivíduos e sociedades têm o potencial de se desenvolver e se realizar sob condições adequadas. Marx tinha como objetivos narrar as condições do desenvolvimento humano sob o capitalismo e, logicamente, projetar as mudanças dinâmicas que sucederiam, levando as pessoas a uma realização mais plena de suas potencialidades livres e criativas.

Em 1843, Marx deixou a Alemanha rumo a Paris, onde trabalhou como jornalista e escreveu os ensaios que acabaram coligidos e publicados com o título *Manuscritos filosóficos e econômicos de 1844*. Foi em Paris que Marx conheceu Frederick Engels, que se tornou seu maior amigo e colega. Em 1845, Marx visitou Londres, onde ele e Engels trabalharam juntos na obra *A ideologia alemã*. Mais tarde, em 1847, um grupo socialista, chamado “A liga dos justos”, encarregou Marx e Engels de redigirem o *Manifesto comunista*.

Levantes revolucionários contra a velha ordem monárquica varriam a Europa inteira em 1848, ano em que o *Manifesto* foi publicado. Marx retornou a Londres após essas fracassadas revoluções e passou a maior parte de sua vida restante exilado na capital britânica. Ele era sustentado principalmente pelo seu rico amigo Engels e ganhava uma pequena renda como correspondente europeu do *New York Daily Tribune*.

O período entre 1848 e 1863 foi particularmente difícil para Marx. Com o fracasso das revoluções de 1848, Marx ficou sem público para sua obra. No entanto, ele conti-

nuou escrevendo sua obra-prima, *O capital*, incentivado por Engels e impulsionado por sua visão de progresso histórico e transformação revolucionária. Em 1863, Marx descobriu novamente um público para sua obra com a fundação da Internacional, organização que contava com representantes de diversos partidos dos trabalhadores europeus e se dedicava a acabar com o sistema vigente de dominação econômica. Marx envolveu-se ativamente com a organização, escrevendo discursos e panfletos e, por fim, tornou-se líder, à medida que trabalhava incansavelmente para forjar uma frente unida a partir dos diversos pontos de vista ideológicos que eram representados. Quando o primeiro volume de *O capital* foi publicado em 1867, foi bem recebido pelos socialistas russos e alemães e por todos os membros da Internacional, que celebraram Marx e sua obra como socialismo científico e lhe concederam posição canônica.

Conflitos internos ocasionaram a dissolução da Internacional em 1876, e Marx concluiu poucos trabalhos intelectuais de importância nos anos seguintes. Ele morreu em 1883 e está enterrado no Cemitério de Highgate.

Marx acreditava que, por meio da labuta (*labor*), a espécie humana seria capaz de realizar seu “ente-espécie”, ou seja, seu potencial para as atividades criativas e significativas por meio do trabalho (*work*). A labuta humana não era apenas energia gasta por subsistência, embora claramente isso acontecesse no capitalismo. O que Marx concebeu foi a utilização da labuta para o aprimoramento da vida humana além das necessidades materiais, para a criação de uma sociedade em que as necessidades estéticas, bem como as materiais, pudessem ser satisfeitas. A labuta tinha o potencial de fornecer essa oportunidade, por isso permitia que as pessoas exibissem atividades criativas e significativas, por meio de seu trabalho sob condições apropriadas.

No capitalismo, porém, os proprietários dos meios de produção, a burguesia, con-

trolam o processo produtivo. Embora Marx considerasse que a determinação do que a labuta produz, de como a labuta produz e de como os produtos da labuta são distribuídos deveria ser feita pela classe operária, no capitalismo a burguesia paga um salário aos trabalhadores e então se apropria do que eles produzem e utiliza esses produtos. Em outras palavras, as condições sob as quais a labuta produz são condições alienantes, na medida em que os trabalhadores perdem o controle sobre o objeto de sua labuta, ou seja, seu produto. Todas as determinações importantes são feitas por outras pessoas. Sem permissão para desempenhar as funções inerentes de um ente-espécie, ou mesmo para ver a força de seu trabalho como sua própria, o trabalhador sente-se desmoralizado e desumanizado.

O capitalismo, na condição de modo de produção, implica relações estruturadas entre trabalho e capital que resultam na alienação dos trabalhadores dos aspectos mais importantes de sua labuta. Primeiro, são alienados de sua atividade produtiva. A força de trabalho industrial é organizada na linha de montagem, em que tarefas específicas, repetitivas e tediosas devem ser executadas. O trabalho torna-se um meio mecânico para alcançar um fim, não exigindo inteligência nem imaginação, e o trabalhador é revertido a uma condição sub-humana em vez de ser elevado a realizar seu “ente-espécie”. Os trabalhadores também são alienados dos produtos que eles produzem. Sua energia é congelada nesses produtos, mas os trabalhadores não possuem o que produzem. Por fim, os trabalhadores são alienados de seus colegas de trabalho, à medida que os capitalistas promovem a competição entre eles para os postos de trabalho disponíveis com salários de subsistência. Em vez de solidariedade e camaradagem surgidas no trabalho conjunto em um projeto coletivo, a força de trabalho é deliberadamente mantida em salários de subsistência, gerando grande medo nos trabalhadores de que não conseguirão sobreviver caso percam seus empregos para

outros trabalhadores. O exército de reserva de mão de obra, como Marx chamou a massa dos desempregados, atua como ameaça constante para os trabalhadores que podem tentar organizar-se e exigir melhores salários. Assim alienado e mecanizado, o trabalhador se sente desumanizado na atividade que mais naturalmente deveria expressar humanidade.

Marx encarava a história como um registro de opressão e dominação em que membros das classes superiores eram capazes de explorar aqueles das classes mais baixas. No entanto, a história também é progressiva e aponta no sentido da melhoria das condições e maior liberdade. O capitalismo é apenas uma fase nesse desenvolvimento histórico. Assim como o feudalismo deu lugar ao capitalismo quando as condições econômicas estavam propícias, também o capitalismo cederá lugar ao socialismo e, mais tarde, ao comunismo, como a forma suprema de uma existência emancipada. Como isso aconteceria é contado nas páginas seguintes do *Manifesto comunista*.

As categorias de Marx para a análise social ainda têm validade considerável. Na tentativa de analisar uma sociedade, Marx questiona como a ordem social chegou a ser o que é, quais estruturas de poder a mantêm e qual é a relação entre riqueza e poder. Essas perguntas devem pautar a mente do leitor ao estudar os conteúdos deste capítulo.

A teoria de Marx sobre a sociedade tinha um ponto de vista fulcral: a maneira em que a produção se organiza é a chave para compreender as relações importantes em qualquer ordem social. O modo de produção, seja uma economia de escravidão, um sistema feudal, uma ordem capitalista ou um sistema socialista, deve ser analisado em termos das relações básicas que definem esse sistema. Além disso, percebia-se que a base econômica da sociedade, a sua subestrutura, influenciava ou até mesmo determinava a superestrutura, ou seja, as ideias, os valores, as leis e as instituições sociais e políticas. Os conteúdos de nossa consciência

e de nossa orientação ideológica em relação ao mundo dependem da base material, ou produtiva, da sociedade. As mudanças na infraestrutura econômica produzem mudanças na superestrutura ideológica e política. Em *A ideologia alemã*, Marx relata sua concepção materialista da história e desenvolve plenamente suas ideias sobre a inter-relação da economia com a política e a sociedade.

Em sua visão da sociedade capitalista, Marx revela uma teoria da estrutura de classes. A classe que controla os meios de produção é também a força política e ideológica dominante na sociedade. Marx nos afirma que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante. O conteúdo da consciência sob o capitalismo centra-se nas ideias liberais dos direitos individuais, principalmente os direitos de propriedade. O poder é mantido pela classe dominante, pelo menos em parte, porque o proletariado não tem, nas fases iniciais do capitalismo, a “verdadeira consciência”. Só depois de miséria e sofrimento prolongados e sem alívio que o proletariado começa a se enxergar como classe, gradativamente mobiliza-se e desenvolve uma ideologia alternativa que postula as relações objetivas entre trabalho e capital.

Marx acreditava que a história era impulsionada pela luta de classes e que importantes mudanças sociais resultavam dos inevitáveis conflitos entre interesses irreconciliáveis. O capitalismo desmoronaria, à medida que a luta entre a burguesia e o proletariado já não pudesse mais ser contida pelo arcabouço das leis e instituições sociais. O *Manifesto comunista* oferece uma breve análise histórica de como surgiu a classe burguesa, mostra como a burguesia não tem mais controle sobre seus domínios e delinea as doutrinas básicas da classe usurpada: o proletariado. Marx acreditava que o socialismo substituiria o capitalismo e que o triunfo do proletariado inauguraria uma ordem nova e progressista que cumpriria a mais nobre aspiração da humanidade por uma ordem social livre e criativa.

## Karl Marx e Frederick Engels: O manifesto do partido comunista

Um fantasma assola a Europa – o fantasma do comunismo. Todas as potências da velha Europa firmaram uma aliança sagrada para exorcizar esse fantasma: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e a polícia secreta alemã.

Qual partido de oposição não foi execrado como comunista por seus adversários no poder? Qual oposição não atribuiu a partidos de oposição mais progressistas e também a oponentes reacionários o estigma insultuoso do comunismo?

Dois coisas resultam desse fato:

- I. O comunismo já é reconhecido por todas as potências europeias como um poder.
- II. Chegou a hora de os comunistas tornarem públicas, diante do mundo inteiro, suas opiniões, seus objetivos e suas tendências e confrontar essa fábula sobre o fantasma do comunismo com um manifesto do próprio partido.

Para isso, comunistas de várias nacionalidades se reuniram em Londres e esboçaram o seguinte manifesto, a ser publicado nos idiomas inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês.

### I – Burgueses e proletários

A história de toda a sociedade até hoje existente é a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, nobre e servo, artesão e aprendiz, em suma, opressor e oprimido, estabeleceram constante oposição um ao outro, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta, ora escancarada, luta que sempre culminou seja com a reconstituição revolucionária da sociedade em geral, seja com a ruína comum das classes em luta.

---

De Karl Marx e Frederick Engels, *The Manifesto of the Communist Party* (New York: International Publishers). Direitos autorais de 1948. Reproduzido com permissão.

Nas épocas remotas da história, encontramos em quase toda parte uma complicada organização da sociedade em várias ordens, uma gradação múltipla do ranque social. Na Roma Antiga temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, artesãos, aprendizes, servos; em quase todas essas classes, novamente, havia gradações subordinadas.

A sociedade burguesa moderna que brotou das ruínas da sociedade feudal não acabou com os antagonismos de classe. Mas ela estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

Nossa época, a época da burguesia, tem, no entanto, esta característica distintiva: ela simplificou os antagonismos de classe. A sociedade como um todo está cada vez mais se separando em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes em confronto direto – a burguesia e o proletariado.

Dos servos da Idade Média surgiram os habitantes das cidades mais antigas. A partir desses cidadãos desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia.

A descoberta da América e o contorno do Cabo da Boa Esperança abriram novos horizontes para a burguesia nascente. Os mercados orientais da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias e o aumento dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso nunca antes conhecido e, assim, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal cambaleante.

O sistema feudal de indústria, que monopolizava a produção industrial em corporações fechadas, deixou de atender às crescentes necessidades dos novos mercados. O sistema de manufatura tomou o seu lugar. Os artesãos foram substituídos pela classe média industrial; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu em face da divisão do trabalho em cada oficina única.

Nesse meio-tempo, os mercados continuaram crescendo, a demanda sempre crescente. Até mesmo a manufatura já não era mais suficiente. Então, o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial. A posição da manufatura foi tomada pela gigantesca indústria moderna, e a posição da classe média industrial, por milionários industriais – os líderes de verdadeiros exércitos industriais, os burgueses modernos.

A indústria moderna estabeleceu o mercado global, para o qual a descoberta da América preparou o caminho. Esse mercado deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação e à comunicação por terra. Essa evolução, por sua vez, reagiu sobre a ampliação da indústria; e na mesma proporção em que indústria, comércio, navegação e ferrovias se ampliavam, a burguesia se desenvolveu, aumentou o seu capital e alijou ao segundo plano todas as classes retransmitidas desde a Idade Média.

Percebemos, portanto, como a burguesia moderna é o produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de trocas.

Cada etapa no desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um correspondente avanço político dessa classe. Uma classe oprimida sob a influência da nobreza feudal tornou-se uma associação autônoma e armada na comuna medieval; aqui república urbana independente (Itália e Alemanha) e acolá “terceiro Estado” tributável da monarquia (França); depois, no período de manufatura propriamente dito, servindo tanto à monarquia semifeudal quanto à monarquia absoluta como contrapeso contra a nobreza e, na verdade, como a pedra angular das grandes monarquias em geral – enfim, desde o estabelecimento da indústria moderna e do mercado global, a burguesia conquistou, no Estado representativo moderno, exclusiva influência política. O executivo do Estado moderno não é nada além do que um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda burguesia.

A burguesia desempenhou um papel extremamente revolucionário na história.

A burguesia, sempre que alcançou o poder, pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Destroçou sem pena os laços feudais heterogêneos que ligavam o homem a seus “superiores naturais” e não manteve nenhum outro vínculo entre homem e homem além do autointeresse desnudo, além do insensível “pagamento em moeda viva”. Afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavaleiresco e do sentimentalismo filisteu nas gélidas águas do cálculo egoísta. Transformou a dignidade pessoal em valor de troca e substituiu as inúmeras e irrevogáveis liberdades por aquela única e inescrupulosa liberdade – o livre comércio. Em suma, substituiu a exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas pela exploração nua e crua, desavergonhada, direta e brutal.

A burguesia despojou de sua auréola todo e qualquer ofício até então honrado e admirado com reverência. Converteu o médico, o advogado, o padre, o poeta e o homem da ciência em trabalhadores assalariados.

A burguesia rasgou o *vêu* sentimental da família e reduziu a relação familiar a uma mera relação monetária.

A burguesia revelou como a brutal demonstração de força na Idade Média, tão admirada pelos reacionários, encontrou seu complemento na mais preguiçosa indolência. Foi a primeira a mostrar o que a atividade do homem é capaz. Realizou maravilhas que ultrapassaram as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos e as catedrais góticas; conduziu expedições que superaram todas as migrações antigas de nações e cruzadas.

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, assim, as relações de produção e com elas todas as relações da sociedade. Ao contrário, a conservação dos antigos modos de produção em forma inalterada era a primeira condição de existência para todas as classes industriais anteriores. A constante revolução da produção, a perturbação ininterrupta de todas as condições sociais e as eternas incertezas e agitações distinguem a

época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações engessadas e petrificadas, com seu rastro de antigos e veneráveis preconceitos e opiniões, são varridas do mapa, todas as recém-formadas tornam-se antiquadas antes de conseguirem ossificar. Tudo que é sólido derrete-se no ar, tudo que é sagrado é profanado, e a humanidade enfim é obrigada a encarar com sobriedade suas condições reais de vida e suas relações com a sua espécie.

A necessidade de um mercado em constante expansão por seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Deve aninhar-se em todos os lugares, instalar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares.

Explorando o mercado global, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande desgosto dos reacionários, ela removeu o solo nacional sobre o qual pisava a indústria. Todas as indústrias nacionais há tempos estabelecidas foram destruídas ou estão sendo destruídas diariamente. São desalojadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte em todas as nações civilizadas, por indústrias que já não transformam matéria-prima local, mas sim matérias-primas extraídas das zonas mais remotas; indústrias cujos produtos são consumidos não só no mercado doméstico, mas em todos os cantos do globo. Em vez das velhas necessidades, satisfeitas pela produção do país, encontramos novas necessidades, exigindo para sua satisfação os produtos de terras e climas distantes. Em vez do antigo isolamento e autossuficiência locais e nacionais, temos relações em todas as direções, interdependência universal das nações. E o mesmo acontece com a produção intelectual. As criações intelectuais de nações individuais tornam-se propriedade comum. Mentalidade tacanha e unilateralidade nacional tornam-se cada vez mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais surge uma literatura universal.

A burguesia, pela rápida melhoria de todos os instrumentos de produção e pelos

meios de comunicação imensamente facilitados, atrai todas as nações, até mesmo a mais bárbara, para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China, com a qual ela força o intenso e obstinado ódio dos bárbaros contra os estrangeiros a capitular. Compele todas as nações, sob pena de extinção, a adotar o modo burguês de produção; as compele a inserir o que chama de civilização em seu meio, ou seja, a tornar-se burguesa também. Em resumo, cria um mundo à sua própria imagem.

A burguesia submeteu o país ao domínio das cidades. Criou cidades imensas, influiu bastante a população urbana em comparação com a rural e, assim, resgatou uma parte considerável da população da idiotice da vida rural. Assim como tornou o país dependente das cidades, também tornou os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos civilizados, as nações de camponeses dependentes das nações do burguês, o Oriente dependente do Ocidente.

Cada vez mais, a burguesia continua eliminando o estado disperso da população, dos meios de produção e da propriedade. Ela aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disso foi a centralização política. Províncias independentes ou pouco conectadas, com interesses, leis, governos e sistemas de tributação diferentes, agruparam-se em uma só nação, com um governo, um código de leis, um interesse de classes nacional, uma fronteira e uma alfândega.

A burguesia, durante seu domínio de apenas um século, criou forças produtivas mais maciças e mais colossais do que todas as gerações anteriores juntas. A sujeição das forças da natureza pela humanidade, a maquinaria, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, os telégrafos elétricos, o desmatamento de continentes inteiros para o cultivo, a canalização de rios, povos inteiros brotados do chão como que por encanto – que século

anterior teve sequer um pressentimento de que essas forças produtivas dormitavam no colo da labuta social?

Percebemos então que os meios de produção e de troca, que serviram como a base para o crescimento da burguesia, foram gerados na sociedade feudal. Em determinado estágio no desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições sob as quais a sociedade feudal produzia e fazia trocas, a organização feudal de agricultura e de indústria manufaturada, em suma, as relações feudais da propriedade tornaram-se incompatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas. Criavam entraves à produção, em vez de fomentá-la; tornaram-se múltiplas amarras. Tinham de ser rompidas e foram rompidas.

Em seu lugar entrou a livre concorrência, acompanhada por uma constituição social e política que se adaptava a isso e pela influência econômica e política da classe burguesa.

Um movimento semelhante está acontecendo diante dos nossos próprios olhos. A sociedade burguesa moderna, com as suas relações de produção, de trocas e de propriedade, uma sociedade que concebeu gigantescos meios de produção e de trocas, é como o feiticeiro que já não é mais capaz de controlar os poderes do outro mundo que ele invocou pelos seus feitiços. Há várias décadas, a história da indústria e do comércio é apenas a história da revolta das forças produtivas modernas contra as condições modernas de produção, contra as relações de propriedade que forjam as condições para a existência da burguesia e de sua dominação. É suficiente mencionar as crises comerciais que, pelo seu retorno periódico, colocam a existência de toda a sociedade burguesa a perigo, de modo cada vez mais ameaçador. Nessas crises, grande parte não só dos produtos existentes, mas também das forças produtivas antes criadas, é periodicamente destruída. Nessas crises irrompe uma epidemia que, em todas as épocas anteriores, teria parecido um absurdo – a epidemia da superprodução. Súbito, a sociedade encontra-

-se de novo em um estado de momentânea barbárie; é como se uma fome, uma guerra universal de devastação tivesse cortado o fornecimento de todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem estar destruídos. E por quê? Porque há um excesso de civilização, um excesso de meios de subsistência, um excesso de indústria, um excesso de comércio. As forças produtivas à disposição da sociedade já não tendem a promover o desenvolvimento das condições da propriedade burguesa; ao contrário, elas se tornaram muito poderosas para essas condições que as restringem e, ao superarem essas restrições, logo vão causar transtorno para toda a sociedade burguesa, pondo em perigo a existência da propriedade burguesa. As condições da sociedade burguesa são demasiado estreitas para abranger a riqueza criada por elas. E como a burguesia supera essas crises? Por um lado, pela destruição forçada de uma massa de forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais profunda dos antigos. Ou seja, abrindo caminho para crises mais amplas e mais destrutivas e, ao mesmo tempo, diminuindo os meios pelos quais as crises são prevenidas.

As armas com as quais a burguesia jogou o feudalismo ao chão agora se voltam contra a própria burguesia.

Mas a burguesia não forjou apenas as armas que trazem a morte para si mesma; ela também criou as pessoas que devem empunhar essas armas: a classe trabalhadora moderna – os proletários.

À medida que a burguesia (ou seja, o capital) evolui, o proletariado (a classe trabalhadora moderna) evolui na mesma proporção – uma classe de trabalhadores que vive apenas enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto sua mão de obra aumenta o capital. Esses trabalhadores, que devem se vender aos poucos, são uma mercadoria, como qualquer outro artigo de comércio e, por isso, estão expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.

Devido ao amplo uso de maquinaria e à divisão da mão de obra, o trabalho dos proletários perdeu todo o caráter individual e, por conseguinte, todo o encanto para o trabalhador. Ele se torna um apêndice da máquina, e dele se exige só a habilidade mais simples, mais monótona e mais facilmente adquirida. Portanto, o custo de produção de um trabalhador é restrito, quase inteiramente, aos meios de subsistência de que ele necessita para sua manutenção e para a propagação de sua raça. Mas o preço de uma mercadoria, e, portanto, também da mão de obra, é igual ao seu custo de produção. Proporcionalmente, então, quanto mais repulsivo o trabalho, menor o salário. E não é só isso. À medida que aumentam o uso da maquinaria e a divisão do trabalho, o fardo da labuta também aumenta em igual proporção, seja por ampliação da jornada de trabalho, pelo aumento do trabalho exigido em determinado momento ou pelo aumento da velocidade das máquinas, etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoadas na fábrica, são organizadas como soldados. E, na condição de soldados do exército industrial, são colocados sob o comando de uma perfeita hierarquia de oficiais e sargentos. Não são apenas os escravos da classe burguesa e do Estado burguês; eles são escravizados, todos os dias e todas as horas, pela máquina, pelo fiscal e, acima de tudo, pelo próprio fabricante burguês individual. Quanto mais abertamente esse despotismo proclama o lucro como seu fim e objetivo, mais mesquinho, mais odioso e mais angustiante ele se torna.

Em outras palavras, quanto menores a habilidade e a força aplicados ao trabalho manual, mais se desenvolve a indústria moderna, mais o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres. As diferenças de idade e sexo já não têm qualquer validade social distintiva para a classe trabalhadora. Todos são instrumentos de trabalho, mais ou menos caros de se usar, de acordo com sua idade e sexo.

Assim que o trabalhador recebe seu salário em dinheiro, naquele átimo escapando da exploração pelo fabricante, então se depara com as facetas da burguesia: o dono do imóvel, o lojista, o agiota, etc.

Os estratos inferiores da classe média – pequenos comerciantes, lojistas e, em geral, negociantes aposentados, artesãos e camponeses – todos se aprofundam gradativamente no proletariado, em parte porque seu diminuto capital é insuficiente para a escala em que a indústria moderna é realizada e se atola no lodçal da concorrência com os grandes capitalistas, em parte porque sua habilidade especializada torna-se inútil devido aos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado de todas as classes da população.

O proletariado passa por vários estágios de desenvolvimento. Com seu nascimento começa sua luta com a burguesia. Primeiro, a luta é conduzida por trabalhadores individuais, depois pela força de trabalho de uma fábrica, depois por agentes de um comércio, em uma localidade, contra o burguês individual que diretamente os explora. Investem seus ataques não contra as condições burguesas de produção, mas contra os próprios instrumentos de produção; destroem o equipamento importado que concorre com o seu trabalho, despedaçam máquinas, incendiam fábricas, procuram restaurar à força a condição desaparecida do trabalhador da Idade Média.

Nessa fase, os operários ainda formam uma massa incoerente espalhada por todo o país e dividida por sua concorrência mútua. Se em qualquer lugar eles se unem para formar grupos mais compactos, isso ainda não decorre de sua própria união ativa, mas da união da burguesia, classe que, a fim de atingir seus próprios fins políticos, é compelida a desencadear ações de todo o proletariado e, além disso, ainda é capaz de fazê-lo durante algum tempo. Nessa fase, portanto, os proletários não combatem seus inimigos, mas os inimigos dos seus inimigos, os remanescentes da monarquia absoluta, os proprietários, os burgueses não industriais, a pequena burguesia. Assim, todo o movimento está con-

centrado nas mãos da burguesia; cada vitória assim obtida é uma vitória para a burguesia.

Porém, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não só aumenta em número; concentra-se em massas maiores, sua força cresce, e essa força é sentida, cada vez mais. Os variados interesses e condições de vida dentro das fileiras do proletariado são cada vez mais equalizados, à medida que a maquinaria oblitera todas as distinções de trabalho e reduz, quase em todos os lugares, os salários ao mesmo nível inferior. A crescente concorrência entre os burgueses e as crises comerciais resultantes instabilizam cada vez mais os salários dos trabalhadores. A melhoria incessante da maquinaria, com evolução cada vez mais rápida, torna a subsistência dos trabalhadores cada vez mais precária; os conflitos entre os trabalhadores individuais e o burguês individual assumem, cada vez mais, o caráter de conflitos entre duas classes. Por causa disso, os trabalhadores começam a formar organizações (sindicatos) contra a burguesia; eles se associam a fim de obter melhorias salariais; fundam associações permanentes a fim de programar antecipadamente essas revoltas ocasionais. Aqui e ali a luta irrompe em rebeliões.

De vez em quando os trabalhadores são vitoriosos, mas apenas por um tempo. O verdadeiro fruto de suas batalhas não reside no resultado imediato, mas na união cada vez maior dos trabalhadores. Essa união é aprimorada por melhores meios de comunicação, criados pela indústria moderna, que colocam os trabalhadores de diferentes localidades em contato uns com os outros. Justamente esse contato era necessário para centralizar as numerosas lutas locais, todos do mesmo caráter, em uma luta nacional entre as classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. Para atingir essa união, os burgueses da Idade Média, com suas estradas miseráveis, precisaram de séculos; por sua vez, os proletários modernos, graças às ferrovias, a alcançaram em poucos anos.

Essa organização dos proletários em uma classe e, por conseguinte, em um par-

tido político sofre contínuas e novas perturbações pela concorrência entre os próprios trabalhadores. Mas sempre se ergue novamente, mais forte, mais firme, mais poderosa. Obriga o reconhecimento legislativo dos interesses particulares dos trabalhadores, aproveitando-se das divisões entre a própria burguesia. Assim foi aprovada a lei que limitava a jornada de trabalho de mulheres e crianças a 10 horas diárias.

No cômputo geral, os conflitos entre as classes da velha sociedade promoveram o curso do desenvolvimento do proletariado em muitas maneiras. A burguesia encontra-se envolvida em uma batalha constante. A princípio, com a aristocracia; posteriormente, com aquelas parcelas da própria burguesia cujos interesses se tornaram antagonísticos ao progresso da indústria; e, em todos os momentos, com a burguesia dos países estrangeiros. Em todas essas batalhas, a burguesia vê-se compelida a apelar ao proletariado, a pedir sua ajuda e, assim, arrastá-lo à arena política. Portanto, a própria burguesia fornece ao proletariado seus próprios elementos de educação política e geral; em outras palavras, fornece ao proletariado as armas para combater a burguesia.

Além disso, como já vimos, camadas inteiras das classes dominantes são, com o avanço da indústria, precipitadas ao proletariado, ou pelo menos ameaçadas em suas condições de existência. Essas camadas também fornecem ao proletariado elementos renovados de Iluminismo e progresso.

Por fim, quando a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução que acontece no seio da classe dominante, na verdade no seio de toda a gama da velha sociedade, assume um caráter tão violento, tão gritante, que uma pequena parte da classe dirigente se desprende e se une à classe revolucionária, a classe que tem o futuro em suas mãos. Portanto, assim como em um período anterior parte da nobreza passou à burguesia, agora parte da burguesia passa ao proletariado e, em particular, uma parcela de ideólogos burgueses que se alçaram ao

nível capaz de compreender teoricamente o movimento histórico como um todo.

De todas as classes que hoje se opõem face a face com a burguesia, só o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes decaem e por fim desaparecem em face da indústria moderna; o proletariado é seu produto especial e essencial.

A classe média baixa, o pequeno fabricante, o dono da loja, o artesão, o camponês, todos esses lutam contra a burguesia, para salvar da extinção sua existência como frações da classe média. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras. E ainda mais: são reacionárias, pois tentam retroceder o curso da história. Se por acaso elas forem revolucionárias, elas o são apenas em virtude de sua iminente transferência ao proletariado; defendem, portanto, não seu presente, mas seus interesses futuros; elas abandonam seu próprio ponto de vista para adotar o do proletariado.

A “classe perigosa”, a escória social (*Lumpenproletariat*), essa massa em passiva putrefação descartada pelas camadas mais baixas da velha sociedade, pode, aqui e ali, ser arrastada ao movimento por uma revolução proletária; no entanto, suas condições de vida a preparam muito mais para o papel de uma ferramenta subornada de intriga reacionária.

As condições sociais da antiga sociedade deixarão de existir para o proletariado. O proletário não tem propriedades; sua relação com a esposa e os filhos já não tem nada em comum com as relações familiares burguesas; o trabalho industrial moderno, a moderna sujeição ao capital, igual na Inglaterra e na França, nas Américas e na Alemanha, despiu-lhe de todos os traços de caráter nacional. Para o proletário, a lei, a moralidade e a religião são múltiplos preconceitos burgueses, atrás dos quais espreitam em emboscada múltiplos interesses burgueses.

Todas as classes anteriores que estiveram no poder procuraram fortificar seu *status* já adquirido, submetendo a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não

podem se tornar mestres das forças produtivas da sociedade, exceto abolindo o seu próprio modo anterior de apropriação e, assim, também todos os outros modos anteriores de apropriação. Eles não têm nada próprio para fixar e fortalecer; sua missão é destruir todas as seguranças e garantias anteriores à propriedade individual.

Todos os movimentos históricos anteriores foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autoconsciente e independente da imensa maioria, no interesse da imensa maioria. O proletariado, o estrato mais baixo da nossa sociedade atual, não pode mexer, não pode se levantar, sem mandar pelos ares todos os estratos superiores da sociedade oficial.

Embora não em substância, mas em forma, a luta do proletariado com a burguesia é inicialmente uma luta nacional. Claro, o proletariado de cada país deve, em primeiro lugar, ajustar as contas com sua própria burguesia.

Ao descrever as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, rastreamos a mais ou menos velada guerra civil que fervilha no seio da sociedade existente, até o ponto em que a guerra eclode em revolução aberta e em que a violenta derrubada da burguesia estabelece as bases para a influência do proletariado.

Até então, todas as formas de sociedade baseiam-se, como já vimos, no antagonismo das classes opressoras e oprimidas. Mas, para oprimir uma classe, certas condições devem lhe ser asseguradas para que, ao menos, ela consiga continuar a sua pródiga existência. O servo, no período da servidão, conseguiu se tornar um membro da comuna, tal qual o pequeno burguês, que, sob o jugo do absolutismo feudal, conseguiu se tornar um burguês. O operário moderno, ao contrário, em vez de melhorar com o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições de existência de sua própria classe. Torna-se pobre, e a pobreza cresce com mais rapidez do que a população e a riqueza. E aqui se torna

evidente que a burguesia já não é mais adequada para ser a classe dominante na sociedade e para impor suas condições de existência na sociedade como um direito fundamental. É inadequada a dominar porque é incapaz de garantir uma existência a seu escravo em sua escravidão, porque não pode impedir de afundá-lo a essa condição, que tem de alimentá-lo, em vez de ser alimentado por ele. A sociedade já não pode mais viver sob essa burguesia; em outras palavras, sua existência não é mais compatível com a sociedade.

A condição essencial para a existência e a influência da classe burguesa é a formação e o aumento de capital; a condição para o capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado repousa exclusivamente na concorrência entre os trabalhadores. O avanço da indústria, cujo promotor involuntário é a burguesia, substitui o isolamento dos trabalhadores, devido à concorrência, pela sua combinação revolucionária, devida à associação. Assim, o desenvolvimento da indústria moderna elimina de sob os seus pés os próprios alicerces sobre os quais a burguesia produz e se apropria dos bens. Portanto, o que a burguesia produz, acima de tudo, são os seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

## II – Proletários e comunistas

Que relação os comunistas estabelecem com os proletários como um todo?

Os comunistas não formam um partido separado oposto a outros partidos da classe trabalhadora.

Eles não têm interesses distintos e separados àqueles do proletariado como um todo.

Eles não configuram quaisquer princípios sectários de sua própria lavra, a partir dos quais formam e moldam o movimento proletário.

Os comunistas distinguem-se dos outros partidos da classe trabalhadora apenas por estes motivos:

1) Nas lutas nacionais dos proletários dos diferentes países, eles apontam e realçam os interesses comuns de todo o proletariado, independentemente da nacionalidade de todos.

2) Nas várias fases de desenvolvimento que a luta da classe operária contra a burguesia precisa passar, eles sempre e em toda parte representam os interesses do movimento como um todo.

Os comunistas, portanto, são por um lado, praticamente, o setor mais avançado e resolutivo dos partidos operários de cada país, o setor que abre caminho a todos os outros; por outro lado, teoricamente, têm sobre a grande massa do proletariado a vantagem de compreender claramente a linha da marcha, as condições e os resultados gerais finais do movimento proletário.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo de todos os outros partidos proletários: a formação do proletariado em uma classe, a derrubada da supremacia burguesa, a conquista do poder político pelo proletariado.

Sob hipótese alguma, as conclusões teóricas dos comunistas baseiam-se em ideais ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele suposto reformador universal.

Apenas expressam, em termos gerais, relações reais surgidas de uma luta de classes existente, de um movimento histórico acontecendo sob nossos olhos. A abolição das relações de propriedade existentes não é uma característica distintiva do comunismo.

Todas as relações de propriedade no passado têm sido continuamente sujeitas a mudanças históricas decorrentes da mudança das condições históricas.

A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa.

A característica distintiva do comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a moderna propriedade privada burguesa é a expressão mais completa e suprema do sistema de produção e apropriação

de bens que se baseia em antagonismos de classe, na exploração de muitos por poucos.

Nesse sentido, a teoria dos comunistas pode ser resumida na frase única: abolição da propriedade privada.

Nós, comunistas, temos sido censurados pelo desejo de abolir o direito pessoal de aquisição de propriedade como fruto do trabalho do homem, e essa propriedade é o suposto alicerce de todas as liberdades, as atividades e as independências pessoais.

Propriedade arduamente conquistada, adquirida com o suor do próprio trabalho! Você quer dizer a propriedade do pequeno artesão e do pequeno camponês, uma forma de propriedade que antecedeu a forma burguesa? Não há nenhuma necessidade de abolir isso; o desenvolvimento da indústria em grande medida já a destruiu e ainda a destrói diariamente.

Ou você quer dizer a moderna propriedade privada burguesa?

Mas o trabalho assalariado cria qualquer propriedade para o trabalhador? Nem um pouco. Cria capital, ou seja, aquele tipo de propriedade que explora o trabalho assalariado e que não pode aumentar exceto sob a condição de gerar uma nova oferta de trabalho assalariado para revigorada exploração. A propriedade, na sua forma atual, baseia-se no antagonismo entre capital e trabalho assalariado. Vamos examinar os dois lados desse antagonismo.

Ser capitalista é ter um *status* não puramente pessoal, mas social na produção. O capital é um produto coletivo e, apenas pela ação conjunta de vários membros, ou melhor, em última instância, apenas pela ação conjunta de todos os membros da sociedade, pode ser desencadeado.

O capital, portanto, não é pessoal, é uma força social.

Assim, quando o capital é transformado em propriedade comum, em propriedade de todos os membros da sociedade, a propriedade pessoal não é transformada em propriedade social. Apenas o caráter social da propriedade que é alterado. Perde seu caráter de classe.

Analisemos agora o trabalho assalariado.

O preço médio do trabalho assalariado é o salário mínimo, ou seja, aquela parcela dos meios de subsistência que é absolutamente indispensável para manter o trabalhador na simples existência como operário. Por conseguinte, do que o trabalhador assalariado se apropria por meio de seu trabalho é suficiente apenas para prolongar e reproduzir uma existência simples. De maneira alguma pretendemos abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, uma apropriação feita para a manutenção e a reprodução da vida humana, e que deixa sem excedentes com os quais comandar o trabalho dos outros. Tudo o que desejamos eliminar é o caráter miserável dessa apropriação, sob a qual o trabalhador vive apenas para aumentar o capital e é permitido viver apenas na medida em que o interesse da classe dominante assim o exige.

Na sociedade burguesa, o trabalho vivo não passa de um meio para aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado não passa de um meio para ampliar, enriquecer e promover a existência do trabalhador.

Portanto, na sociedade burguesa, o passado domina o presente; na sociedade comunista, o presente domina o passado. Na sociedade burguesa, o capital é independente e tem individualidade, enquanto a pessoa é dependente e não tem nenhuma individualidade.

E a abolição desse estado de coisas é chamada pelo burguês de abolição da individualidade e da liberdade! E com razão. Sem dúvida queremos a abolição da individualidade burguesa, da independência burguesa e da liberdade burguesa.

Por liberdade queremos dizer, sob as atuais condições burguesas de produção, o livre comércio, a compra e a venda livres.

Mas se a compra e a venda desaparecem, a compra e a venda livres também desaparecem. Essa conversa sobre livre comércio e todas as outras “corajosas palavras” de nossa burguesia sobre a liberdade em geral apenas têm significado se tiverem em contraste com a compra e venda restritas, com os restritos

comerciantes da Idade Média, mas não têm significado quando se opõem à abolição comunista da compra e venda, das condições de produção burguesas e da própria burguesia.

Você fica horrorizado com nossa intenção de acabar com a propriedade privada. Mas, em sua sociedade existente, a propriedade privada já foi abolida para nove décimos da população; sua existência para alguns se deve unicamente à sua não existência nas mãos desses nove décimos. Você nos censura, portanto, pela intenção de acabar com uma forma de propriedade cuja existência tem como condição necessária a não existência de qualquer propriedade para a imensa maioria da sociedade.

Em suma, você nos censura com a intenção de acabar com a sua propriedade. E faz bem, pois é exatamente isso que desejamos.

A partir do momento em que o trabalho já não pode ser convertido em capital, dinheiro ou aluguel, em um poder social capaz de ser monopolizado, isto é, a partir do momento em que a propriedade individual já não pode ser transformada em propriedade burguesa, em capital burguês, a partir desse momento, você afirma, a individualidade desaparece.

Portanto, você deve confessar que por “individual” você não quer dizer nenhuma outra pessoa além dos burgueses, que o dono de propriedade da classe média. Essa pessoa deve, de fato, ser varrida do caminho e inviabilizada.

O comunismo não priva nenhum homem do poder de se apropriar dos produtos da sociedade; tudo o que ele faz é privá-lo do poder de subjugar o trabalho dos outros por meio dessa apropriação.

Tem sido argumentado que, após a abolição da propriedade privada, todo trabalho cessará, e a preguiça universal vai nos dominar.

De acordo com isso, a sociedade burguesa há muito tempo deveria ter soçobrado devido à ociosidade pura, pois aqueles de seus membros que trabalham não adquirem nada, e aqueles que adquirem alguma coisa não trabalham. Todas essas objeções representam nada mais do que outra expressão da tauto-

logia: já não pode haver qualquer trabalho assalariado quando não houver mais capital.

Todas as objeções instadas contra o modo comunista de produção e apropriação dos bens materiais têm sido, da mesma forma, exortadas contra os modos comunistas de produção e apropriação dos bens intelectuais. Para o burguês, assim como o desaparecimento da propriedade de classe é o desaparecimento da própria produção, o desaparecimento da cultura de classe é idêntico ao desaparecimento de toda e qualquer cultura.

Essa cultura, cuja perda ele lamenta, é, para a colossal maioria, um mero treinamento para agir como máquina.

Mas não discuta conosco enquanto você aplica, para nossa pretendida abolição da propriedade burguesa, o padrão de suas noções burguesas de liberdade, cultura, direito, etc. Suas próprias ideias não passam de consequências das condições de sua produção burguesa e de sua propriedade burguesa, assim como a sua jurisprudência não passa da vontade de sua classe tornar-se uma lei para todos, uma vontade cujo caráter e rumo essenciais são determinados pelas condições econômicas da existência de sua classe.

O equívoco egoísta que lhe induz a transformar em leis eternas da natureza e da razão as formas sociais que brotam de seus atuais modos de produção e de suas formas de propriedade – as relações históricas que surgem e somem no progresso da produção –, esse equívoco você compartilha com cada classe dominante que o precedeu. O que você vê claramente no caso da propriedade antiga, o que você admite no caso da propriedade feudal, é claro que está proibido de admitir no caso de sua própria forma burguesa de propriedade. ...

Os comunistas também são censurados pelo desejo de abolir os países e a nacionalidade.

Os trabalhadores não têm país. Não podemos tirar deles o que eles não têm. Já que o proletariado deve em primeiro lugar adquirir a supremacia política, deve erguer-se para se tornar a classe dirigente da nação, deve cons-

tituir-se a nação, ele é, até agora, nacional, embora não no sentido burguês da palavra.

Pouco a pouco, as diferenças e os antagonismos nacionais entre os povos estão desaparecendo, devido ao desenvolvimento da burguesia, à liberdade do comércio, ao mercado mundial, à uniformidade no modo de produção e às condições de vida correspondentes.

Com a supremacia do proletariado, essas diferenças desaparecerão com rapidez ainda maior. A ação unida, ao menos dos principais países civilizados, é uma das primeiras condições para a emancipação do proletariado.

À medida que se põe um ponto final na exploração de um indivíduo por outro, também se põe um ponto final na exploração de uma nação por outra. À medida que desaparece o antagonismo entre as classes da nação, a hostilidade entre uma nação e outra também chegará ao fim.

As acusações contra o comunismo feitas de um ponto de vista religioso, filosófico e, em geral, ideológico não são merecedoras de análise séria.

Será preciso intuição profunda para compreender que as ideias, os pontos de vista e as concepções do ser humano (em suma, a sua consciência) mudam com cada mudança nas condições de sua existência material, em suas relações sociais e em sua vida social?

O que mais a história das ideias comprova além de que a produção intelectual modifica seu caráter à medida que a produção material é modificada? As ideias dominantes de cada era sempre foram as ideias de sua classe dominante.

Quando as pessoas falam de ideias que revolucionam a sociedade, apenas expressam o fato de que, dentro da velha sociedade, os elementos de uma nova sociedade foram criados, e de que a dissolução das velhas ideias mantém o mesmo ritmo que a dissolução das antigas condições de existência.

Quando o mundo antigo agonizava, as antigas religiões foram superadas pelo cristianismo. Quando as ideias cristãs sucumbiram no século XVIII às ideias racionalistas, a sociedade feudal lutou sua batalha mortal

com a burguesia então revolucionária. As ideias sobre liberdade religiosa e liberdade de consciência apenas deram expressão à influência da livre concorrência no domínio do conhecimento.

Alguém poderá dizer: "Sem dúvida, as ideias religiosas, morais, filosóficas e jurídicas foram modificadas no decorrer do desenvolvimento histórico. Mas a religião, a moralidade, a filosofia, as ciências políticas e o direito constantemente sobreviveram a essas mudanças.

"Existem, além disso, verdades eternas, como liberdade, justiça, etc., comuns a todos os estados da sociedade. Mas o comunismo extingue verdades eternas, extingue toda a religião e toda a moralidade, em vez de constituí-las em novas bases; portanto, age em contradição a toda experiência histórica passada".

A que se reduz essa acusação? A história de toda a sociedade passada consistiu no desenvolvimento dos antagonismos de classe, antagonismos que assumiram formas diferentes em diferentes épocas.

Mas, independentemente da forma assumida, um fato é comum a todas as eras passadas, ou seja, a exploração de uma parte da sociedade pela outra. Não é de se admirar, então, que a consciência social das últimas eras, apesar de exibir toda a multiplicidade e variedade, se mova dentro de certas formas comuns, ou ideias gerais, que não conseguem desaparecer completamente exceto com o desaparecimento total dos antagonismos de classe.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; não é de se admirar que o seu desenvolvimento envolva a ruptura mais radical com as ideias tradicionais.

Mas nos deixe aniquilar as objeções burguesas ao comunismo.

Já vimos acima que o primeiro passo na revolução pela classe trabalhadora é elevar o proletariado à posição de classe dominante para estabelecer a democracia.

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar, passo a passo, todo capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do

Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante; e para aumentar o total das forças produtivas tão rapidamente quanto possível.

Claro, no início, isso não pode ser executado exceto por meio de avanços despóticos sobre os direitos de propriedade e sobre as condições da produção burguesa; portanto, por meio de medidas que pareçam economicamente insuficientes e insustentáveis, mas que, no decorrer do movimento, excedem-se, exigem novos avanços contra a velha ordem social e são inevitáveis como meio de revolucionar completamente o modo de produção.

Essas medidas certamente serão diferentes em diferentes países.

No entanto, nos países mais avançados, as seguintes medidas terão aplicação geral.

1. Abolição da propriedade de terras e aplicação de todas as rendas fundiárias para fins públicos.
2. Imposto de renda pesado e progressivo ou graduado.
3. Abolição de todo direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrantes e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo.
6. Centralização dos meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.
7. Ampliação de fábricas e instrumentos de produção pertencentes ao Estado; a introdução no cultivo de terras devolutas e a melhoria do solo em geral em conformidade com um plano comum.

8. Obrigação de trabalho igual para todos. Estabelecimento de exércitos industriais, especialmente para a agricultura.

9. Combinação da agricultura com as indústrias de manufatura; abolição gradual da distinção entre cidade e campo, por meio de uma distribuição mais uniforme da população no campo.

10. Educação gratuita para todas as crianças em escolas públicas. Abolição do trabalho infantil nas fábricas em sua forma atual. Combinação da educação com a produção industrial, etc.

Quando, no curso do desenvolvimento, as distinções de classe tiverem desaparecido, e toda a produção tiver se concentrado nas mãos de uma grande associação de toda a nação, o poder público perderá seu caráter político. O poder político, adequadamente assim chamado, é meramente o poder organizado de uma classe para oprimir a outra. Se o proletariado em sua luta contra a burguesia for compelido, pela força das circunstâncias, a organizar-se como classe; se, por meio de uma revolução, tornar-se a classe dominante e, assim, varrer à força as antigas relações de produção, então terá, junto com essas relações, varrido as condições para a existência de antagonismos de classe e de classes em geral e, desse modo, terá abolido sua própria supremacia como classe.

Em vez da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.

## Karl Marx: O fetichismo das mercadorias e o seu segredo

À primeira vista, uma mercadoria parece uma coisa muito banal e de fácil compreensão. Na realidade, uma análise sobre a merca-

doria mostra que ela é uma coisa muito bizarra, repleta de sutilezas metafísicas e detalhes teológicos. Na medida em que é um valor em uso, ela não tem nada de misterioso, não importa se a considerarmos sob o prisma de que por suas propriedades é capaz de satisfazer os desejos humanos ou sob o prisma de que

---

De Karl Marx, *Capital*, Cap. 1, seção 4 (New York: International Publishers). Direitos autorais de 1967. Reproduzido com permissão.

essas propriedades são o produto do trabalho humano. Salta aos olhos que a humanidade, pela sua indústria, altera os formatos dos materiais fornecidos pela natureza, de forma a torná-los úteis para ela. O formato da madeira, por exemplo, é alterado, ao fabricar-se uma mesa com esse material. Apesar disso, a mesa continua sendo feita daquela coisa comum e cotidiana: a madeira. Mas, ao evoluir e se tornar uma mercadoria, ela se transforma em algo transcendental. Não apenas se equilibra sobre sua base, mas, em comparação com todas as outras mercadorias, equilibra-se sobre seu topo, e de seu cérebro lenhoso evoluem ideias grotescas, muito mais maravilhosas do que quaisquer “viradas de mesa”.

O caráter místico das mercadorias não se origina, portanto, de seu valor de uso. Tampouco provém da natureza dos fatores determinantes do valor. Porque, em primeiro lugar, por mais variados que os tipos úteis de trabalho (ou atividades produtivas) possam ser, é um fato fisiológico: são funções do organismo humano, e cada função, seja qual for sua natureza ou forma, é em essência o dispêndio de cérebro, nervos, músculos, etc. Em segundo lugar, no que diz respeito ao que constitui a base para a determinação quantitativa do valor, ou seja, a duração desse dispêndio, ou a quantidade de trabalho, é evidente que existe uma diferença palpável entre a sua quantidade e qualidade. Em todos os estados da sociedade, o tempo da mão de obra que custa para produzir os meios de subsistência deve necessariamente ser um objeto de interesse à humanidade, embora não de igual interesse em diferentes estágios de desenvolvimento. E, por fim, a partir do momento em que as pessoas trabalham de algum modo umas para as outras, seu trabalho assume uma forma social.

De onde, então, surge o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo esse produto assume a forma de mercadorias? Claramente dessa forma em si. A igualdade de todos os tipos de trabalho humano é expressa de modo objetivo por seus produtos, todos sendo igualmente valores; a medida do dispêndio da força de trabalho pela duração

desse dispêndio assume a forma da quantidade de valor dos produtos do trabalho; e, por fim, as relações mútuas dos produtores, dentro das quais o caráter social do seu trabalho se afirma, assumem a forma de uma relação social entre os produtos.

Portanto, uma mercadoria é uma coisa misteriosa, simplesmente porque nela o caráter social do trabalho dos seres humanos lhes aparece como um caráter objetivo estampado no produto desse trabalho; porque a relação dos produtores com a soma total do seu próprio trabalho lhes é apresentada como uma relação social, existente não entre eles próprios, mas entre os produtos do seu trabalho. Por esse motivo que os produtos do trabalho tornam-se mercadorias, coisas sociais cujas qualidades são ao mesmo tempo perceptíveis e imperceptíveis pelos sentidos. Da mesma forma, a luz de um objeto é percebida por nós não como a excitação subjetiva do nosso nervo óptico, mas como a forma objetiva de algo fora do olho em si. Porém, no ato de enxergar, existe sempre uma verdadeira passagem de luz de uma coisa para outra, do objeto externo ao olho. Existe uma relação física entre coisas físicas. Mas com as mercadorias é diferente. Nelas, a existência das coisas como mercadorias e a relação de valor entre os produtos de trabalho que as estampa como mercadorias não têm absolutamente nenhuma conexão com suas propriedades físicas e com as relações materiais que delas decorrem. Há uma relação social definitiva entre os seres humanos a qual assume, perante seus olhos, a forma fantástica de uma relação entre as coisas. Portanto, para encontrar uma analogia, devemos recorrer às regiões enevoadas do mundo religioso. Nesse mundo, as produções do cérebro humano aparecem como seres independentes dotados de vida e estabelecem relações entre si e com a espécie humana. Assim é o mundo das mercadorias com os produtos das mãos humanas. A isso eu chamo de Fetichismo que impregna os produtos do trabalho, tão logo sejam produzidos como mercadorias, o qual, portanto, é inseparável da produção de mercadorias.

Esse fetichismo das mercadorias tem sua origem, como a análise precedente já mostrou, no caráter social peculiar do trabalho que as produz.

Como regra geral, os artigos de utilidade se tornam mercadorias só porque são produtos do trabalho de indivíduos ou grupos de indivíduos que executam seus trabalhos independentemente uns dos outros. A soma total do trabalho de todos esses indivíduos particulares forma a mão de obra agregada da sociedade. Já que os produtores não entram em contato social uns com os outros até trocarem seus produtos, o caráter social específico do trabalho de cada produtor não se revela exceto no ato da troca. Em outras palavras, o trabalho do indivíduo afirma-se como parte do trabalho da sociedade apenas por meio de relações que o ato de troca estabelece diretamente entre os produtos e, por meio deles, indiretamente entre os produtores. Para estes últimos, portanto, as relações conectando o trabalho de um indivíduo com o dos demais aparecem não como relações sociais diretas entre indivíduos no trabalho, mas como o que elas realmente são: relações materiais entre as pessoas e relações sociais entre coisas. É só por meio da troca que os produtos do trabalho adquirem, como valores, um *status* social uniforme, distinto de suas variadas formas de existência como objetos de utilidade. Essa divisão de um produto entre uma coisa útil e um valor torna-se importante na prática apenas quando a troca adquiriu tamanha abrangência que os artigos úteis são produzidos com a finalidade de serem trocados, e seu caráter como valores, portanto, precisa ser levado em conta, de antemão, durante a produção. A partir desse momento, o trabalho do produtor individual adquire socialmente um caráter duplo. Por um lado, ele deve, como um tipo de trabalho útil e definido, satisfazer uma necessidade social definida e, assim, manter seu lugar como parcela integrante do trabalho coletivo de todos, como um ramo de uma divisão social do trabalho que surgiu espontaneamente. Por outro lado, pode satisfazer as múltiplas necessidades do próprio pro-

ductor individual, apenas na medida em que a permutabilidade mútua de todos os tipos de trabalho privado útil é um fato social estabelecido, e, portanto, o trabalho útil particular de cada produtor classifica-se em igualdade com o de todos os outros. A equalização dos mais diferentes tipos de trabalho pode ser o resultado apenas de uma abstração de suas desigualdades, ou de reduzi-los ao seu denominador comum, isto é, o dispêndio da força de trabalho humana ou do trabalho humano no abstrato. O duplo caráter social do trabalho do indivíduo lhe aparece, quando refletido em seu cérebro, apenas sob aquelas formas estampadas nesse trabalho na prática diária pela troca de produtos. Assim, o caráter que seu próprio trabalho tem de ser socialmente útil assume a forma da condição de que o produto deva ser não apenas útil, mas útil para os outros; e o caráter social que o seu trabalho particular tem de ser igual a todos os outros tipos específicos de trabalho assume a forma de que todos os artigos fisicamente diferentes que são os produtos de trabalho tenham uma qualidade comum, ou seja, a de ter valor.

Assim, quando comparamos os produtos do nosso trabalho com os outros na forma de valores, não é porque vemos nesses artigos os recipientes materiais de trabalho humano homogêneo. Muito pelo contrário: sempre que, pela troca, igualamos como valores nossos produtos diferentes, por esse ato, também equiparamos, como trabalho humano, os diferentes tipos de trabalho neles despendidos. Não estamos conscientes disso, mas o fazemos.<sup>1</sup> O valor, portanto, não fica à espreita com um rótulo para descrever os produtos. Em vez disso, é o valor que converte cada produto em um hieróglifo social. Adiante tentamos decifrar o hieróglifo, para

<sup>1</sup> Assim, quando Galiani afirma: valor é uma relação entre pessoas – “La Richezza è una ragione tra due persone” – ele deveria ter adicionado: uma relação entre pessoas expressa como uma relação entre coisas. (Galiani: Della Moneta, p. 221, V. III of Custodi’s Collection of “Scrittori Classici Italiani di Economia Politica”. Parte Moderna, Milano, 1803.)

desvendar o segredo de nossos próprios produtos sociais; pois estampar um objeto de utilidade como valor é um produto social, exatamente como a linguagem. A recente descoberta científica de que os produtos do trabalho, na medida em que são valores, não passam de expressões materiais do trabalho humano despendido na sua produção marca, de fato, uma época na história do desenvolvimento da raça humana, mas, de maneira nenhuma, dissipa a névoa pela qual o caráter social do trabalho nos parece ser um caráter objetivo dos próprios produtos. O fato de que, sob a forma particular de produção com a qual estamos lidando, isto é, a produção de mercadorias, o caráter social específico do trabalho privado exercido de forma independente consiste na igualdade de todos os tipos desse trabalho, em virtude de ser trabalho humano, caráter que, portanto, assume no produto a forma de valor – esse fato parece aos produtores, não obstante a descoberta acima referida, ser tão verdadeiro e definitivo como o fato de que, após a descoberta pela ciência dos gases componentes do ar, a atmosfera em si permaneceu inalterada.

Na prática, o que, antes de tudo, preocupa os produtores quando fazem uma troca? Eis a questão: quanto de algum outro produto eles obtêm por seu próprio? Em que proporções os produtos são permutáveis? Quando essas proporções alcançam, pelo costume, certa estabilidade, elas parecem resultar da natureza dos produtos. Assim, por exemplo, uma tonelada de ferro e 56 gramas de ouro aparentam naturalmente ter o mesmo valor, da mesma forma que 1 kg de ouro e 1 kg de ferro, apesar de suas distintas qualidades físicas e químicas, aparentam ter o mesmo peso. O caráter de ter valor, uma vez estampado nos produtos, obtêm fixidez apenas em virtude de seu agir e reagir uns com os outros como quantidades de valor. Essas quantidades variam continuamente, independentemente da vontade, da clarividência e da ação dos produtores. Para eles, sua própria ação social assume a forma da ação dos objetos que governa a produção das mercadorias, antes que da experiência

acumulada surja a convicção científica de que todos os diferentes tipos de trabalho privado – desempenhados de modo independente, mas como ramos espontaneamente desenvolvidos da divisão social do trabalho – são sempre reduzidos às proporções quantitativas nas quais a sociedade as exige. E por quê? Porque, no meio de todas as relações de troca casuais e sempre flutuantes entre os produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção forçosamente afirma-se como uma primordial lei da natureza, assim como a lei da gravidade afirma-se quando a casa cai sobre nossas cabeças.<sup>2</sup> A determinação da magnitude do valor pelo tempo de trabalho, portanto, é um segredo escondido sob as aparentes flutuações nos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta, embora remova toda aparência de mera casualidade da determinação da magnitude dos valores dos produtos, de jeito nenhum altera o modo em que se realiza essa determinação.

As reflexões humanas sobre as formas de vida social e, por conseguinte, também as análises científicas dessas formas, tomam um rumo diametralmente oposto de seu desenvolvimento histórico real. Começam, tarde demais, com os resultados do processo de desenvolvimento já disponíveis. As características que estampam os produtos como mercadorias, e cujo estabelecimento é uma preliminar necessária à circulação das mercadorias, já adquiriram a estabilidade das formas naturais e subentendidas da vida social, antes que a humanidade procure decifrar, não seu caráter histórico, que aos seus olhos parece imutável, mas seu significado. Assim, foi apenas a análise dos preços das mercadorias que levou à determinação da magnitude de

<sup>2</sup> “Quem somos nós para pensar sobre uma lei que se afirma apenas em revoluções periódicas? Não é nada mais do que uma lei da natureza, fundada na falta de conhecimento daqueles cuja ação é uma questão em si”. (Friedrich Engels: “Umriss zu einer Kritik der National-ökonomie”, em “Deutsch-Französische Jahrbücher”, editado por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844.)

valor, e foi apenas a expressão comum de todas as mercadorias em dinheiro que levou ao estabelecimento de suas características como valores. Porém, justamente essa derradeira forma monetária do mundo das mercadorias que, na verdade, esconde, em vez de revelar, o caráter social do trabalho privado e as relações sociais entre os produtores individuais. Quando afirmo que casacos ou botas têm relação com roupas de cama porque se constituem a encarnação universal do trabalho humano abstrato, o absurdo dessa afirmação torna-se óbvio. No entanto, quando os produtores de botas e casacos comparam esses artigos com roupa de cama ou, o que dá na mesma, com ouro ou prata, como equivalente universal, eles expressam a relação entre seu próprio trabalho privado e o trabalho coletivo da sociedade nessa mesma forma absurda.

As categorias da economia burguesa consistem nessas formas. São formas de pensamento que expressam, com validade social, as condições e as relações de um modo de produção definitivo e historicamente determinado, ou seja, a produção de mercadorias. Todo o mistério das mercadorias, toda a magia e a necromancia que envolvem os produtos do trabalho ao assumirem a forma de mercadorias, portanto, desaparecem tão logo alcançamos outras formas de produção.

Já que as experiências de Robinson Crusoe são um tema favorito entre os economistas políticos,<sup>3</sup> vamos dar uma olhada nele em sua ilha. Por mais moderado que seja, ainda

assim precisa satisfazer certas necessidades e deve, portanto, empreender um pouquinho de vários tipos de trabalhos úteis, como fabricar ferramentas e mobiliário, domesticar cabras, pescar e caçar. Em suas orações e quejandos não prestamos atenção, pois elas são uma fonte de prazer para ele, e ele as considera como outras tantas recreações. Apesar da variedade de seu trabalho, ele sabe que sua mão de obra, seja qual sua forma, nada mais é do que a atividade de um mesmo Robinson e, por isso, consiste em nada além de diferentes modos de trabalho humano. A necessidade em si obriga-o a distribuir o seu tempo com precisão entre os diferentes tipos de trabalho. Se um tipo ocupa mais espaço em sua atividade geral do que o outro, isso vai depender das dificuldades, maiores ou menores conforme o caso, a serem superadas para alcançar o efeito útil almejado. Esse nosso amigo Robinson logo aprende pela experiência e, tendo resgatado um relógio, o diário de bordo, caneta e tinta do naufrágio, começa, como um verdadeiro britânico, a fazer registros. Seu inventário contém uma lista dos objetos de utilidade que lhe pertencem, das operações necessárias para a sua produção e, por último, o tempo de trabalho que, em média, a produção de quantidades definidas desses objetos lhe custou. Todas as relações entre Robinson e os objetos que formam essa riqueza de sua própria criação aqui estão de modo tão simples, claro e inteligível sem esforço algum, até mesmo para o Sr. Sedley Taylor. E, no entanto, essas relações contêm tudo o que é essencial para a determinação do valor.

Permita-nos agora viajarmos da ensolarada ilha de Robinson para a sombria Idade Média europeia. Aqui, em vez do homem independente, verificamos completa interdependência: servos e senhores, vassalos e suseranos, leigos e clero. Aqui, a dependência pessoal caracteriza as relações sociais de produção, assim como acontece em outras esferas da vida organizada com base nessa produção. Mas, justamente porque a dependência pessoal constitui a base de trabalho da sociedade, não há nenhuma necessidade de que o traba-

<sup>3</sup> Até mesmo Ricardo tem suas histórias à la Robinson. "Ele faz o caçador primitivo e o pescador primitivo diretamente, como proprietários de mercadorias, trocaram peixe e caça na proporção em que o tempo de trabalho é incorporado nesses valores de troca. Nessa ocasião, ele comete o anacronismo de fazer esses homens aplicarem o cálculo, até o ponto em que seus instrumentos precisem ser considerados, às tabelas de anuidade em uso na London Exchange em 1817. Os paralelogramos de Owen parecem ser a única forma de sociedade, além da forma burguesa, que ele conhecia". (Karl Marx, "Zur Kritik, &c.", p. 38, 39.)

lho e seus produtos assumam uma forma fantástica diferente de sua realidade. Assumem a forma, nas transações da sociedade, dos serviços em espécie e pagamentos em espécie. Aqui, a forma de trabalho particular e natural, e não sua forma geral e abstrata (como na sociedade baseada na produção de mercadorias), é a forma de trabalho imediatamente social. O trabalho obrigatório pode ser tão corretamente medido pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias; mas cada servo sabe que depende no serviço de seu senhor uma quantidade definida de sua própria força de trabalho. O dízimo a ser entregue ao sacerdote é mais líquido e certo do que a sua bênção. Não importa, então, o que possamos pensar dos papéis interpretados por diferentes classes de cidadãos nessa sociedade: as relações sociais entre os indivíduos no desempenho de seu trabalho aparecem em qualquer caso como suas próprias e mútuas relações pessoais, sem serem disfarçadas sob a forma de relações sociais entre os produtos do trabalho.

Para obter um exemplo de trabalho em comum ou trabalho diretamente associado, não é preciso retroceder a essa forma espontaneamente desenvolvida que encontramos no limiar da história de todas as raças civilizadas.<sup>4</sup> Temos um disponível nos afazeres patriarcais de uma família camponesa, que produz milho, gado, lã, linho e roupa para uso doméstico. Esses artigos diferentes são,

<sup>4</sup> "Uma presunção ridícula que ultimamente tem sido exportada é a de que a propriedade comum em sua forma primitiva é especificamente eslava, ou até mesmo exclusivamente russa. É a forma primitiva que podemos provar ter existido entre romanos, teutos e celtas, e mesmo hoje encontramos diversos exemplos, ainda que em decadência, na Índia. Um estudo mais exaustivo sobre formas asiáticas, e especialmente indianas, de propriedade comum, mostraria como, a partir de diferentes formas primitivas de propriedade comum, diferentes formas de sua dissolução foram desenvolvidas. Assim, por exemplo, os diversos tipos originais de propriedades privadas romanas e teutônicas são deduzíveis de diferentes formas de propriedades comuns indianas". (Karl Marx, "Zur Kritik, &c.", p. 10.)

no que tange à família, múltiplos produtos do seu trabalho, mas entre eles não são mercadorias. Os diferentes tipos de trabalho (preparo do solo, manejo do gado, fiação, tecelagem e confecção de roupas, etc.) que resultam em vários produtos constituem, em si e na forma como se apresentam, funções sociais diretas, pois as funções da família, assim como as da sociedade baseada na produção de mercadorias, têm um sistema de divisão de trabalho desenvolvido espontaneamente. A distribuição do trabalho no seio da família e a regulação do tempo de trabalho dos vários membros também dependem das diferenças de idade e de sexo como das condições naturais que variam conforme as estações do ano. A força de trabalho de cada indivíduo, por sua própria natureza, atua nesse caso como uma parte definida de toda a força de trabalho da família, e, portanto, a medida do dispêndio da força de trabalho individual por sua duração aparece aqui, por sua própria natureza, como um caráter social de seu trabalho.

Permita-nos agora imaginar a nós mesmos, só para variar, uma comunidade de indivíduos livres, empreendendo seu trabalho com os meios de produção em comum, em que a força de trabalho de todos os indivíduos diferentes seja conscientemente aplicada como a força de trabalho combinada da comunidade. Todas as características do trabalho de Robinson repetem-se aqui, mas com esta diferença: são sociais, em vez de individuais. Tudo produzido por ele foi o resultado exclusivo de seu próprio trabalho pessoal e, portanto, apenas um objeto de uso para si mesmo. O produto total da nossa comunidade é um produto social. Uma fração serve como meio de produção renovado e permanece social. Mas outra parte é consumida pelos membros como meio de subsistência. Por conseguinte, uma distribuição dessa parcela entre eles é necessária. O modo dessa distribuição variará com a organização produtiva da comunidade e o grau de desenvolvimento histórico alcançado pelos produtores. Vamos supor, mas apenas por uma questão de paralelo com a produção de mercadorias, que a

quota de cada produtor individual dos meios de subsistência fosse determinada por seu tempo de trabalho. O tempo de trabalho teria, nesse caso, um papel duplo. Sua repartição em conformidade com um plano social definido mantém a proporção adequada entre os diferentes tipos de trabalho a serem feitos e os vários desejos da comunidade. No entanto, também serve como medida da parte do trabalho comum suportada por cada indivíduo e de sua participação na parte do produto total destinado ao consumo individual. As relações sociais dos produtores individuais, no que diz respeito ao seu trabalho e aos seus produtos, são neste caso perfeitamente simples e inteligíveis, com respeito não só à produção, mas também à distribuição.

O mundo religioso é apenas o reflexo do mundo real. E para uma sociedade com base na produção de mercadorias, em que os produtores em geral estabelecem relações sociais uns com os outros ao tratarem seus produtos como mercadorias e valores, reduzindo, assim, seu trabalho individual e privado ao padrão de trabalho humano homogêneo – para essa sociedade, o cristianismo com seu *cultus* do homem abstrato, mais especialmente em seus desdobramentos burgueses (protestantismo, deísmo, etc.), é a forma de religião mais apropriada. No antigo modo de produção asiático e em outros modos de produção, verificamos que a conversão de produtos em mercadorias e, portanto, a conversão dos seres humanos em produtores de mercadorias ocupa um lugar subordinado, o qual, no entanto, aumenta de importância à medida que as comunidades primitivas, cada vez mais, aproximam-se de sua dissolução. As nações comerciais, corretamente assim denominadas, existem no mundo antigo apenas em seus interstícios, como os deuses de Epicuro no intermundo ou como os judeus nos poros da sociedade polaca. Em comparação à sociedade burguesa, aqueles antigos organismos sociais de produção são muito simples e transparentes. Mas eles se alicerçam tanto no desenvolvimento imaturo do homem individual, que ainda não cortou o cordão

umbilical que o une aos seus semelhantes em uma comunidade tribal primitiva, quanto nas relações diretas de sujeição. Podem surgir e existir somente quando o desenvolvimento da força de trabalho produtiva ainda não ultrapassou um estágio inferior e quando, portanto, as relações sociais dentro da esfera da vida material, entre os membros da humanidade e entre a humanidade e natureza, são correspondentemente estreitas. Essa estreiteza reflete-se na antiga adoração da natureza e nos outros elementos das religiões populares. Seja como for, o reflexo religioso do mundo real pode enfim desaparecer apenas quando as relações concretas da vida cotidiana ofereçam aos humanos nada além de relações perfeitamente inteligíveis e sensatas no que diz respeito aos seus companheiros e à natureza.

O processo de vida da sociedade, que se baseia no processo de produção material, não despe seu véu místico até ser tratado como produção por seres humanos livremente associados e ser conscientemente regulado por eles em conformidade com um plano estabelecido. Isso, no entanto, exige da sociedade de trabalho de base material ou conjunto de condições de existência que, por sua vez, são o produto espontâneo de um longo e doloroso processo de desenvolvimento.

De fato, a economia política analisou, embora de modo truncado, o valor e sua magnitude e descobriu o que se encontra abaixo dessas formas. Mas sequer uma vez formulou a pergunta: por que o trabalho é representado pelo valor do seu produto e o tempo de trabalho pela magnitude desse valor? Essas fórmulas, que trazem a estampa inconfundível de pertencer a um estado de sociedade em que o processo de produção controla as pessoas em vez de ser controlado por elas, aparentam ao intelecto burguês tanto uma evidente necessidade imposta pela natureza quanto um trabalho produtivo em si. Assim, as formas de produção social que precederam a forma burguesa são tratadas pela burguesia em grande parte da mesma maneira como os Pais da Igreja trataram as religiões pré-cristãs.

Até que ponto alguns economistas são induzidos ao erro pelo fetichismo inerente nas mercadorias ou pela objetiva aparência das características sociais do trabalho é revelado, entre outras formas, pela maçante e cansativa querela sobre o papel desempenhado pela natureza na formação do valor de troca. Já que o valor de troca é uma forma social definida de expressar a quantidade de trabalho destinada a um objeto, a natureza não tem mais nada a ver com isso, como não tem nada a ver com a fixação do curso da troca.

O modo de produção em que o produto assume a forma de uma mercadoria ou é produzido diretamente para a troca é a forma mais geral e mais embrionária de produção burguesa. Portanto, surge em uma data precoce na história, embora não da mesma forma predominante e característica dos dias de hoje. Assim, seu caráter de fetiche é relativamente fácil de ser percebido. Mas quando chegamos a formas mais concretas, até mesmo essa aparência de simplicidade desaparece. De onde surgiram as ilusões do sistema monetário? Para ele, o ouro e a prata, quando servem como dinheiro, não representavam uma relação social entre os produtores, mas eram objetos naturais com estranhas propriedades sociais. E a economia moderna, que desdenha o sistema monetário, não escancara sua superstição sempre que se trata de capital? Há quanto tempo a economia descartou a ilusão fisiocrática de que as rendas crescem do solo e não da sociedade?

Mas, sem querer antecipar, vamos nos contentar com outro exemplo relacionado com a forma da mercadoria. Se as mercadorias pudessem falar, diriam: “O nosso valor de

uso pode ser uma coisa que interessa aos humanos. Não nos pertence como objetos. Mas o que nos pertence como objetos é o nosso valor. Nosso intercâmbio natural como mercadorias é a prova. Aos olhos dos outros não somos nada além de valores de troca”. Agora escute como essas mercadorias falam pela boca do economista. “O valor” (*ou seja*, valor de troca) “é uma propriedade das coisas, das riquezas” (*ou seja*, valor de uso) “humanas. O valor, nesse sentido, necessariamente implica trocas, as riquezas não.” “As riquezas” (valor de uso) “são atributo humano; o valor é o atributo da mercadoria. Um ser humano ou uma comunidade é rica, uma pérola ou um diamante é valioso ... Uma pérola ou um diamante é valioso” como uma pérola ou um diamante. Até agora nenhum químico já descobriu valor de troca em uma pérola ou um diamante. Os descobridores econômicos desse elemento químico, que, a propósito, têm preocupação especial com a perspicácia crítica, constatam, no entanto, que o valor de uso dos objetos lhes pertence independentemente de suas propriedades materiais, enquanto seu valor, por outro lado, constitui uma parte deles como objetos. O que os confirma nesse ponto de vista é a circunstância peculiar de que, por um lado, o valor de uso dos objetos é realizado sem a troca, por meio de uma relação direta entre os objetos e os humanos, enquanto, por outro lado, seu valor é percebido apenas pela troca, ou seja, por meio de um processo social. Quem não se lembra aqui das personagens de Shakespeare em *Muito barulho por nada*, quando o bom amigo Dogberry informa ao vizinho Seacoal: “Uma boa aparência é dádiva da sorte; mas o saber ler e escrever é dom da natureza”.

## Karl Marx e Frederick Engels: A ideologia alemã

A produção da vida, tanto a nossa própria vida no trabalho quanto a vida renovada na

procriação, emerge agora como uma relação dupla: por um lado, uma relação natural; por outro, uma relação social. Por social entendemos a cooperação de vários indivíduos, não importa em que condições, de que maneiras e com que fins. Decorre disso que um

De Karl Marx e Frederick Engels, *The German Ideology* (New York: International Publishers). Direitos autorais de 1974. Reproduzido com permissão.

determinado modo de produção, ou estádio industrial, está sempre combinado com certo modo de cooperação, ou estádio social, e esse modo de cooperação é em si uma “força produtiva”. Também decorre que a multiplicidade de forças produtivas acessíveis aos humanos determina a natureza da sociedade e que, portanto, a “história da humanidade” sempre deve ser estudada e tratada em relação à história da indústria e da troca. ...

Portanto, a consciência é ... , desde o início, um produto social e assim permanecerá enquanto existir a humanidade. A consciência é, sobretudo, a consciência relativa ao ambiente sensório *imediatamente* e a consciência da limitada conexão com outras pessoas e coisas fora do indivíduo que está se tornando autoconsciente. Ao mesmo tempo, é a consciência da natureza que primeiro aparece à humanidade como força estranha, todo-poderosa e inexpugnável, diante da qual os membros da humanidade estabelecem relações puramente bestiais e sentem-se aterrorizados como se fossem animais; é, portanto, uma consciência de natureza puramente animal da natureza (religião natural) só porque a natureza ainda é, historicamente, pouco modificada. ... Por outro lado, a consciência humana sobre a necessidade de associar-se com os indivíduos ao redor é o começo da consciência de que realmente nossa espécie vive em sociedade. Esse começo é tão animal quanto a própria vida social nessa fase. É mera consciência de rebanho, e, nesse momento, os seres humanos só se distinguem das ovelhas pelo fato de que neles a consciência toma o lugar do instinto, ou de que seu instinto é consciente. Essa consciência de rebanho ou tribal recebe desenvolvimento e extensão adicionais por meio do aumento da produtividade, o aumento das necessidades e, o mais fundamental para esses dois, o aumento da população. Assim se desenvolve a divisão do trabalho, originalmente nada mais do que a divisão do trabalho no ato sexual, depois aquela divisão do trabalho que se desenvolve de modo espontâneo ou “natural” em virtude de predisposição natural (p. ex., força física),

necessidades, casualidades, etc. A divisão do trabalho só se torna verdadeira a partir do momento em que aparece uma divisão entre trabalho físico e mental. (A primeira forma de ideólogos, *padres*, é coincidente.) A partir desse instante, a consciência *pode* realmente lisonjear-se de ser algo além do que a consciência da prática existente, de que *realmente* representa algo sem representar algo real; de agora em diante, a consciência está em uma posição de se emancipar do mundo e proceder à formação de teorias, teologias, filosofias, éticas, etc. “puras”. Mas mesmo que essas teorias, teologias, filosofias, éticas, etc. entrem em contradição com as relações existentes, isso só pode ocorrer porque as relações sociais existentes entraram em contradição com as forças de produção existentes; além do mais, isso também pode ocorrer em uma esfera nacional particular das relações com aparência de contradição, não dentro do âmbito nacional, mas entre essa consciência nacional e a prática de outras nações, ou seja, entre a consciência geral e a consciência nacional de uma nação (como vemos agora na Alemanha).

Além disso, é completamente irrelevante o que a consciência começa a fazer por conta própria: de toda essa lama chegamos a uma só inferência: esses três momentos – as forças de produção, o estado da sociedade e a consciência – podem e devem entrar em contradição entre si, porque a *divisão do trabalho* implica a possibilidade, ou melhor, o fato de que as atividades intelectuais e braçais – prazer e trabalho, produção e consumo – caibam a indivíduos diferentes, e de que a única possibilidade de eles não entrarem em contradição reside, por sua vez, na própria negação da divisão do trabalho. Além disso, é óbvio que “espectros”, “vínculos”, “ser supremo”, “conceito”, “escrúpulos” são meramente a expressão idealista, espiritual, a concepção aparente do indivíduo isolado, a imagem de grillhões e limitações empíricas, dentro da qual se movem o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio acoplada a ele.

## Propriedade privada e comunismo

Com a divisão do trabalho, em que todas essas contradições são implícitas, e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais discordantes umas das outras, é considerada simultaneamente a *distribuição*, e de fato, a distribuição *desigual*, quantitativa e qualitativa, do trabalho e seus produtos; daí a propriedade: o núcleo, a primeira forma, que reside na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do marido. Essa escravatura latente na família, embora ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, mas mesmo nessa fase precoce corresponde perfeitamente à definição de economistas modernos que chamam o poder de alienar a força de trabalho dos outros. A divisão do trabalho e a propriedade privada são, além disso, expressões idênticas: em uma delas se afirma uma coisa em referência à atividade, enquanto na outra a mesma coisa se afirma em referência ao produto da atividade.

Além disso, a divisão do trabalho implica a contradição entre o interesse do indivíduo separado ou a família individual e o interesse comum de todos os indivíduos que estabelecem relações entre si. E de fato, esse interesse comum não existe apenas na imaginação, como o “interesse geral”, mas antes de tudo na realidade, como a interdependência mútua dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido. E, por fim, a divisão do trabalho nos oferece o primeiro exemplo de como, enquanto o homem permaneça na sociedade natural, ou seja, enquanto exista uma clivagem entre o interesse particular e o interesse comum, enquanto, portanto, a atividade não seja dividida de modo voluntário, mas natural, a ação da humanidade se torna um poder alienígena, contrário a ela mesma, que a escraviza em vez de ser controlado por ela. Pois tão logo se efetiva a distribuição do trabalho, cada pessoa tem uma esfera de atividade particular e exclusiva, que lhe é imposta e da qual não pode escapar. É ca-

çador, pescador, vaqueiro ou crítico e assim deve permanecer se não quiser perder seus meios de subsistência; enquanto na sociedade comunista, onde ninguém tem uma esfera exclusiva de atividade, mas todos podem se realizar em qualquer ramo que desejar, a sociedade regula a produção geral e, portanto, possibilita que eu faça uma coisa hoje e outra amanhã, caçar de manhã, pescar à tarde, tanger o gado à noite, criticar após o jantar, ao meu bel-prazer, sem nunca me tornar caçador, pescador, vaqueiro ou crítico. Essa fixação da atividade social, essa consolidação do que nós mesmos produzimos em prol de um poder objetivo acima de nós, crescendo fora de nosso controle, contrariando as nossas expectativas, zerando os nossos cálculos, é um dos principais fatores no desenvolvimento histórico até hoje. ...

## Classe dominante e ideias dominantes

As ideias da classe dominante são em cada época as ideias dominantes, ou seja, a classe que domina a força *material* da sociedade é, ao mesmo tempo, a que domina sua força *intelectual*. A classe que dispõe dos meios de produção material controla ao mesmo tempo os meios de produção mental, para que, assim, de um modo geral, as ideias daqueles que não têm os meios de produção mental fiquem sujeitas a isso. As ideias dominantes são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes compreendidas como ideias; portanto, das relações que tornam uma classe dominante, as principais, portanto, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante têm, entre outras coisas, consciência e, portanto, pensam. Na medida em que, portanto, eles governam como classe e determinam a amplitude e os rumos de uma época, é evidente que o fazem em toda a sua gama, por isso entre outras coisas também governam como pensadores, como produtores de ideias, e regulam a produção e a distribuição das ideias

de sua era: assim, suas ideias são as ideias dominantes da época. ...

A divisão do trabalho, que já mencionamos como uma das forças primordiais da história até agora, manifesta-se também na classe dominante como a divisão do trabalho mental e material, para que, dentro dessa classe, uma parte apareça como os pensadores da classe (seus ideólogos ativos e conceituais, que fazem o aperfeiçoamento da ilusão da classe sobre si mesmo, sua principal fonte de sustento), enquanto a atitude dos outros em relação a essas ideias e ilusões é mais passiva e receptiva, pois eles são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para inventar ilusões e ideias sobre si mesmos. Dentro dessa classe, essa divisão pode evoluir para certa oposição e hostilidade entre as duas partes, que, no entanto, no caso de uma colisão prática, na qual a própria classe corra perigo, automaticamente resultam em nada, caso em que também some a aparência de que as ideias dominantes não eram as ideias da classe dominante e tinham um poder distinto do poder dessa classe. A existência de ideias revolucionárias em um período particular pressupõe a existência de uma classe revolucionária; sobre as premissas desta última já foi mencionado o suficiente.

Se hoje ao considerar o curso da história desconectarmos as ideias da classe dominante da classe dominante em si e lhes atribuímos uma existência independente, se nos limitarmos a dizer que essas ou aquelas ideias foram dominantes em determinado momento, sem nos preocuparmos com as condições de produção e os produtores dessas ideias, se ignorarmos, assim, os indivíduos e as condições do mundo que são a fonte das ideias, podemos dizer, por exemplo, que, durante o tempo em que a aristocracia era dominante, os conceitos de honra, lealdade, etc. eram dominantes; durante o domínio da burguesia, os conceitos de liberdade, igualdade, etc. A própria classe dominante em geral imagina que é assim. Essa concepção da história, que é comum a todos os historiadores, sobretudo desde o século XVIII, ne-

cessariamente contraria o fenômeno de que imperam ideias cada vez mais abstratas, ou seja, as ideias que cada vez mais assumem a forma de universalidade. Pois cada nova classe que se coloca no lugar de dominante é compelida, apenas a fim de realizar o seu objetivo, a representar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, ou seja, expressado na forma ideal: tem de dar às suas ideias o caráter de universalidade e representá-las como as únicas racionais e universalmente válidas. Desde o início, a classe que faz uma revolução aparece oposta a uma *classe*, não como classe, mas como representante de toda a sociedade; ela aparece como toda a massa da sociedade confrontando a classe dominante. Pode fazer isso porque, para início de conversa, seu interesse realmente está mais conectado com o interesse comum de todas as outras classes não dominantes, porque sob a pressão das condições até então existentes seu interesse ainda não foi capaz de se desenvolver como o interesse particular de uma determinada classe. Sua vitória, portanto, beneficia também muitos indivíduos de outras classes que não alcançam uma posição dominante, mas apenas na medida em que agora coloca esses indivíduos em posição de subir e compor a classe dominante. Quando a burguesia francesa derrubou o poder da aristocracia, possibilitou assim que muitos proletários se elevassem acima do proletariado, mas apenas pelo fato de se tornarem burgueses. Cada nova classe, portanto, alcança sua hegemonia apenas em uma base mais ampla do que a da classe dominante prévia, enquanto a oposição da classe não dominante contra a nova classe dominante mais tarde se desenvolve de modo mais aguçado e profundo. Essas duas coisas determinam o fato de que a luta a ser travada contra essa nova classe dominante, por sua vez, destina-se a uma negação mais decidida e radical das condições prévias da sociedade do que todas as classes prévias que procuravam se tornar dominantes.

Toda essa conjuntura, de que a dominância de determinada classe é apenas a domi-

nância de certas ideias, chega a um fim natural, é claro, tão logo a dominância de classe, em geral, deixa de ser a forma em que sociedade está organizada, quer dizer, tão logo não seja mais necessário representar um interesse particular como geral ou o “interesse geral” como dominante.

Uma vez que as ideias dominantes tenham sido separadas dos indivíduos dominantes e, acima de tudo, das relações que resultam de certa fase do modo de produção, assim se chega à conclusão de que a história está sempre sob a influência de ideias, e é muito fácil abstrair dessas várias ideias “a” ideia, “a” noção, etc., como a força dominante na história e, portanto, compreender todos esses conceitos e ideias separados como “formas de autodeterminação” oriundas do desenvolvimento na história. Então se conclui, naturalmente, também, que todas as relações humanas podem ser derivadas do conceito de humanidade, a humanidade conforme a concebemos, a essência da humanidade, em suma, a *Humanidade*. Isso foi feito pelos filósofos especulativos. ...

Nº 1. É preciso separar as ideias de quem está no governo por razões empíricas, sob condições empíricas e como indivíduos empíricos, desses governantes reais e, portanto, reconhecer a dominação das ideias ou ilusões na história.

Nº 2. É preciso trazer uma ordem para essa dominação de ideias, provar a conexão mística entre as sucessivas ideias dominantes, o que é alcançado compreendendo-as como “atos de autodeterminação por parte do conceito” (isso é possível porque, em virtude de sua base empírica, essas ideias são realmente conectadas umas com as outras e porque, concebidas como *meras* ideias, tornam-se autodistinções, distinções feitas pelo pensamento).

Nº 3. Para remover a aparência mística desse “conceito autodeterminante”, esse conceito é transformado em pessoa – “autoconsciência” – ou, para parecer completamente materialista, em um conjunto de pessoas, que representa o “conceito” da história (“pensadores”, “filósofos”, “ideólogos”) que novamente são entendidos como os fabricantes da história, como o “conselho de guardiões”, como os governantes. Assim, todo o corpo de elementos materialistas foi removido da história, e a especulação pode ganhar força máxima.

Enquanto na vida comum cada lojista distingue muito bem entre o que alguém professa ser e o que realmente é, nossos historiadores ainda não superaram sequer essa percepção trivial. Abraçam os escritos de cada época e acreditam que tudo o que dizem e imaginam sobre si mesmos é verdade.